

1 MINISSIMULADO SEMANAL: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS!

Tudo bem, meus amigos! Seguimos firmes no nosso compromisso semanal: mais um Simulado Gratuito para vocês e, seguindo as sugestões dos nossos alunos, estamos fazendo um ciclo de revisões desde a parte inicial da Contabilidade. Já fizemos simulados sobre os Conceitos Iniciais da Contabilidade, sobre Ativo, Passivo e PL e hoje, entraremos em um tema muito importante: Critérios de Avaliação de Ativos e Passivos.

Já é um assunto mais complexo e que, temos que reconhecer, tem suas dificuldades. Não é tarefa mesmo fácil determinar o real valor de um ativo ou passivo. São critérios distintos e, por isso, temos que treinar bastante.

Resolveremos muitas questões sobre os CPCs, isto é, nossos Pronunciamentos Contábeis, mas apenas a parte mais inicial deles; o que não significa que as questões são fáceis, não é mesmo! Vamos lá!

Um aviso! Você já conhece os nossos cursos de questões comentadas? Os mais novos lançamentos são das bancas FGV e CESGRANRIO, que agora se juntam aos demais cursos lançados. Vejam:

CESGRANRIO: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/questoes-comentadas-contabilidade-geral-e-avancada-contabilidade-de-custos-e-adc-cesgranrio/>

FGV: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/questoes-comentadas-contabilidade-geral-e-avancada-contabilidade-de-custos-e-adc-fgv/>

CESPE: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/questoes-comentadas-de-contabilidades-banca-cespe/>

FEPese: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/questoes-comentadas-contabilidade-geral-e-avancada-contabilidade-de-custos-e-adc-fepese/>

IBFC: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/questoes-comentadas-contabilidade-geral-e-avancada-contabilidade-de-custos-e-adc-ibfc/>

Vamos à resolução do simulado! Como foi o desempenho de vocês? Gostaram das questões? Manda para nós o seu feedback, pois é fundamental para o aperfeiçoamento dos nossos simulados.

2 ESTUDO DE CASO

(Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016/Adaptada) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

Como base nas considerações acima, apresente:

- O conceito de provisão e o conceito de passivo contingente.
- Qual a distinção das provisões para os passivos normais da entidade.
- Qual o tratamento a ser dado para cada um dos processos e qual será o efeito no resultado do exercício.

Extensão máxima: 20 linhas.

Comentários à questão

A questão em epígrafe versa sobre o CPC 25 – provisões e passivo contingente, correspondendo ao seguinte tópico do edital: 4. Provisões ativas e passivas. Constituição, utilização e reversões, Folha de pagamento cálculos, provisões e registros, Benefícios pagos aos Empregados, cálculos e registros contábeis, Provisão para créditos de Liquidação Duvidosos (PCLD), cálculo, constituição, utilização, registros contábeis.

O Pronunciamento técnico define **provisão como passivo de prazo ou valor incertos**.

Em alguns países o termo “provisão” é também usado no contexto de itens tais como depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa. Estes são ajustes dos valores contábeis de ativos e não são tratados no CPC 25 como provisão. Assim, grave-se, a utilização do termo provisão para elementos do ativo é, segundo o CPC 25, inadequada.

O mesmo pronunciamento traz uma definição para passivo contingente.

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Vamos dar um exemplo de passivo contingente. Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Na metade do ano de 20X0 é possível que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado após o final do ano. Deverá a empresa, portanto, divulgar o fato em nota explicativa, pois se trata de uma obrigação possível no futuro. Ademais, o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e trata-se de uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Contudo, se fosse praticamente certo que a lei seria aprovada rapidamente haveria necessidade de se fazer o reconhecimento de uma provisão pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

A iminência da publicação da lei transforma o passivo contingente em provisão, o que leva ao reconhecimento. A obrigação passa de possível (passivo contingente) para provável (provisão).

Diferenças entre provisões e passivos contingentes:

- (a) **provisões** – que **são reconhecidas como passivo** (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (b) **passivos contingentes** – que **não são reconhecidos como passivo** porque são:
 - (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
 - (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

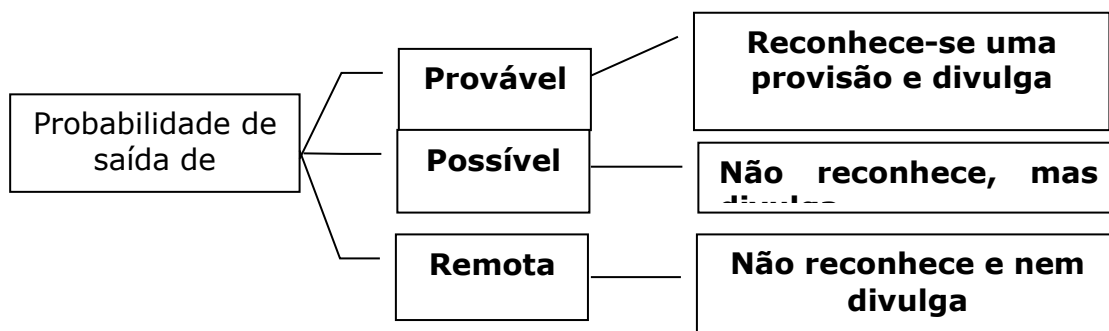
Portanto, grave-se esta diferença essencial: **as provisões são contabilizadas, os passivos contingentes não.**

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (**legal ou não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma **saída de recursos possível, mas não provável** (probabilidade do não é maior que a do sim). Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas**. E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas** (item 28 do CPC 25).



Mas, uma vez atendidos os critérios para se reconhecer uma provisão, como mensurá-la?

Segundo o CPC 25:

36. O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço

Proposta de solução

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Intimamente ligado ao conceito de passivo está o de provisão, que é um passivo de prazo ou valor incerto. Dessa forma, o que distingue um passivo de uma provisão é a incerteza quanto ao valor e ao prazo para pagamento, no caso das provisões.

Algumas condições se fazem necessárias para que uma provisão seja reconhecida nas demonstrações contábeis, a saber: a entidade deve ter uma obrigação presente, que resulta de eventos passados; é provável que recursos que incorporam benefícios econômicos saiam da entidade; há que existir uma estimativa confiável para o valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida, hipótese em que se pode estar diante de um passivo contingente.

Quanto aos processos listados acima, devem ter o seguinte tratamento: se o desembolso (saída de recursos) for provável, o valor deve ser contabilizado como provisão e divulgado em nota explicativa; se o desembolso for possível, o valor do processo não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado; e, finalmente, se o desembolso tiver probabilidade remota de ocorrência, não deve ser contabilizado e nem divulgado.

3 LISTA DE QUESTÕES

1) **(FGV/Contador/Caruaru/2015)** Em 31/12/2013, a Cia. Z adquiriu 60 unidades da boneca baby por R\$ 1.800,00. Na compra, ela incorreu em R\$ 120,00 de frete. Além disso, adquiriu uma nova estante para expor as bonecas por R\$ 240,00, contratou um profissional para elaborar a publicidade das bonecas, cujos honorários foram de R\$ 480,00 e um vitrinista para arrumá-las, com honorários de R\$ 600,00.

Em 10/01/2014, as bonecas baby começaram a ser comercializadas por R\$ 60,00 cada.

Dois terços das bonecas foram vendidos no mês de janeiro. No entanto, em 01/02/2014, uma nova boneca foi introduzida no mercado, de modo que a baby passou a ser vendida por R\$ 35,00. Em fevereiro cinco bonecas baby foram vendidas.

Em 28/02/2014 o estoque total de bonecas baby estava contabilizado a

- a) R\$ 450,00.
- b) R\$ 480,00.
- c) R\$ 525,00.
- d) R\$ 540,00.
- e) R\$ 810,00.

Comentários:

Segundo o CPC 16:

CUSTOS DO ESTOQUE

10. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

CUSTOS DE AQUISIÇÃO

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros

itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. (NR)
(Nova Redação dada pela Revisão CPC nº. 1, de 8/01/2010)

Assim, o custo de aquisição dos estoques compreende:

- 1) Preço de compra
- 2) Impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis). Os tributos recuperáveis são:
 - a) Matéria prima: IPI, ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
 - b) Mercadorias para revenda: ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
- 3) Custos de transporte (frete), seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição.

Vamos ver os nossos dados?

- 60 bonecas compradas a um total de R\$ 1.800,00, ou seja, custo unitário de R\$ 30,00.
- Frete sobre compra: R\$ 120,00.
- Estante para colocar as bonecas: R\$ 240,00.
- Publicidade: R\$ 480,00.
- Vitrinista para arrumar: R\$ 600,00.
- Preço de venda: R\$ 60,00 cada.
- Preço de venda após entrada da concorrente no mercado: R\$ 35,00.
- Vendas em janeiro: $2/3 \times 60 = 40$ unidades.
- Vendas em fevereiro: 5 unidades.

Portanto, de todos esses gastos, apenas o preço de compra e o frete integrarão o custo do estoque.

Custo inicial: $1.800 + 120 = 1.920/60 = \text{R\$ } 32$ por unidade.

Esse é o preço pelo qual a mercadoria vai para estoque!

Estante: ativo imobilizado.

Publicidade e vitrinista: despesas do período.

Os estoques são avaliados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Nesta hipótese, o valor de custo é menor.

Com efeito, como foram vendidas 40 unidades em janeiro e 5 em fevereiro, sobram 15 unidades.

$15 \times 32 = \text{R\$ } 480,00$

Gabarito → B.

2) **(IBFC/MGS/Tec.Sup/Contabilidade/2015)** Uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa incorreta:

- a) Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou de desempenhar uma dada tarefa de certa maneira.
- b) As obrigações podem ser ou não legalmente exigíveis em consequência de contrato ou de exigências estatutárias.
- c) Obrigações surgem também de práticas usuais do negócio, de usos e costumes e do desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira equitativa.
- d) A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica a utilização, pela entidade, de recursos incorporados de benefícios econômicos a fim de satisfazer a demanda da outra parte.

Comentários:

O Passivo costuma ser definido como “as obrigações da empresa para com terceiros”. O pronunciamento CPC 00, por seu turno, fornece a seguinte definição: Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

1) **Obrigação presente da entidade:** Gastos previstos e/ou esperados não constituem passivos. Por exemplo, se uma empresa de aviação tem a previsão de trocar os motores de uma aeronave dentro de 2 anos, ao custo de R\$200.000,00, isto não constitui um passivo, pois não é obrigação presente. Dentro de dois anos, a empresa pode vender o avião e não realizar a troca dos motores.

2) **Derivada de eventos já ocorridos:** eventos futuros não constituem passivo. Ainda que o pagamento seja feito em data posterior, o evento que origina o passivo já deve ter ocorrido.

3) **Cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos:** O passivo deverá ser liquidado com recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Assim, podemos comentar cada afirmativa:

a) Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou de desempenhar uma dada tarefa de certa maneira.

Correto, essa definição está no item 4.15 do CPC – 00.

b) As obrigações podem ser **ou não** legalmente exigíveis em consequência de contrato ou de exigências estatutárias.

Errado, segundo o CPC 00, as obrigações **podem** ser legalmente exigíveis em consequência de contrato ou de exigências estatutárias. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por bens e serviços recebidos.

c) Obrigações surgem também de práticas usuais do negócio, de usos e costumes e do desejo de manter boas relações comerciais ou agir de maneira equitativa.

Correto, segundo o CPC 00, se, por exemplo, a entidade que decida, por questão de política mercadológica ou de imagem, retificar defeitos em seus produtos, mesmo quando tais defeitos tenham se tornado conhecidos depois da expiração do período da garantia, as importâncias que espera gastar com os produtos já vendidos constituem passivos.

d) A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica a utilização, pela entidade, de recursos incorporados de benefícios econômicos a fim de satisfazer a demanda da outra parte.

Correto, conforme previsão do item 4.17 do CPC – 00. A liquidação de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio de:

- (a) pagamento em caixa;
- (b) transferência de outros ativos;
- (c) prestação de serviços;
- (d) substituição da obrigação por outra; ou
- (e) conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.

A obrigação pode também ser extinta por outros meios, tais como pela renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos.

Gabarito→ B

3) **(VUNESP/SP-URBANISMO/2014)** No que tange ao ajuste a valor presente – AVP, conforme previsto no CPC12, ativos e passivos monetários, com juros implícitos ou explícitos embutidos, devem ser mensurados

- (A) pelas regras dos ativos e passivos financeiros, considerando ainda a limitação imposta pelos instrumentos financeiros.
- (B) pelo seu valor de liquidação, considerando o valor do custo inicial de investimento.
- (C) pelo seu valor presente, quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value).
- (D) pelo seu valor inicial, acrescido dos referidos juros, trazidos a valor de mercado, uma vez que se trata de fluxo de caixa operacional.
- (E) pelo seu valor corrente, quando do seu reconhecimento inicial e valorização do seu preço de resgate; dos dois, o menor.

Comentários:

O ajuste a valor presente, chamaremos de AVP, é inovação da Lei 11.638/2007 (que modificou a contabilidade)? Na verdade, não! A Instrução CVM 64 (hoje sem eficácia) já previa a sua utilização para companhias abertas. **A Lei 11.638/07 incluiu o tema na Lei 6.404/76** da seguinte forma:



Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

Elementos	Período	AVP?
Ativo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante
Passivo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante

As **vendas e as compras, quando feitas a prazo, inserem no valor da operação, juros e encargos financeiros referentes à remuneração de um capital no futuro.**

Assim, **a contabilização pelo valor nominal faz com que essas operações sejam demonstradas de forma superavaliada no Balanço Patrimonial.** Fica difícil, **também, diferenciar o resultado financeiro (de juros) do resultado realmente apurado com operações da atividade empresarial.** O ajuste a valor presente (AVP) veio para que possamos dirimir esse problema.

Assim, se determinada empresa compra mercadorias para pagar daqui a três anos, no montante de R\$ 150.000,00, com encargos de R\$ 25.000,00, qual o seu valor presente, isto é, hoje? Resposta: $R\$ 150.000,00 - R\$ 25.000,00 = R\$ 125.000,00$. Lógico que não é tão simples assim, mas segue esta linha.

Objetivos do ajuste a valor presente:

- Evitar que as demonstrações sejam superavaliadas.
- Diferenciar o resultado financeiro do resultado com as operações da atividade.

Segundo o CPC 12, item 22, temos que:

22. **A quantificação do ajuste a valor presente** deve ser realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

Ademais, o CPC 12 nos afirma que:

9. Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu **valor presente** quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de **custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value)**. Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação.

Gabarito→C

4) **(FCC/TST/Contabilidade/2017)** A empresa Enfeites de Natal S.A. realizou, em 31/12/2015, as seguintes vendas de mercadorias:

- Vendas à vista no valor de R\$ 1.500.000,00.
- Vendas a prazo no valor de R\$ 1.650.000,00, para ser recebido em 31/12/2016.

Na data da venda, a taxa de juros que estava sendo praticada pela empresa nas vendas a prazo era 10% ao ano. A empresa deveria reconhecer, exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 31/12/2015, receita de vendas no valor, em R\$, de

- (A) 3.150.000,00 no resultado do ano de 2015.
(B) 1.500.000,00 no resultado do ano de 2015 e Receita de Vendas no valor de R\$ 1.650.000,00 no resultado do ano de 2016.
(C) 1.575.000,00 no resultado do ano de 2015 e Receita de Vendas no valor de R\$ 1.575.000,00 no resultado do ano de 2016.
(D) 1.500.000,00 no resultado do ano de 2015, Receita de Vendas no valor de R\$ 1.500.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita Financeira no valor de R\$ 150.000,00 no resultado do ano de 2016. (E) 3.000.000,00 no resultado do ano de 2015 e Receita Financeira no valor de R\$ 150.000,00 no resultado do ano de 2016.

Comentários:

O Ajuste a Valor Presente, previsto no CPC 12, tem como objetivo separar o efeito meramente financeiro das receitas de vendas. Na venda realizada à vista, podemos reconhecer como Receita de Vendas o valor das Vendas, isto é, R\$ 1.500.000.

Por sua vez, no caso das vendas de longo prazo, o valor reconhecido como receita de vendas de 2015 é o valor presente, isto é:

$$Valor\ Presente = \frac{1.650.000,00}{1,10} = 1.500.000,00$$

A diferença entre o valor a prazo e à vista, isto é, R\$ 150.000, será classificada em conta retificadora, Ajuste a valor presente de clientes, e em 2016, a empresa irá reconhecer a receita financeira da operação, vejamos:

Contabilização no momento da venda:

D – Bancos	R\$ 1.500.000
D – Clientes	R\$ 1.650,00
C – AVP Clientes	R\$ 150.000,00
C – Receita de Vendas	R\$ 3.000.000,00

Portanto, a empresa irá reconhecer 3.000.000,00 no resultado do ano de 2015 e Receita Financeira no valor de R\$ 150.000,00 no resultado do ano de 2016.

Gabarito→E

5) **(ESAF/Ministério da Fazenda/Contador/2013)** A firma Pipiripaco S/A, prevendo prováveis perdas no recebimento de seus créditos que, no balanço de 2011, eram de R\$ 85.000,00, mandou fazer provisão de 3% desse valor, mas, durante o exercício seguinte, contabilizou perdas de apenas R\$ 1.300,00. Em dezembro de 2012, pretendendo fazer provisão nos mesmos moldes anteriores, para proteger o valor de R\$ 100.000,00 que tem a receber, vai contabilizar uma despesa com devedores duvidosos no valor de

- A) R\$ 3.000,00.
- B) R\$ 2.550,00.
- C) R\$ 1.750,00.
- D) R\$ 1.300,00.
- E) R\$ 1.250,00.

Dica: usar o método da complementação!

Comentários

Em 2011

Créditos a receber	85.000,00
(-) Provisão para devedores duvidosos (3%)	(2.550,00)

Como as perdas contabilizadas foram de \$1.300,00, restou o valor de \$2.550 - \$1.300 = \$1.250 na provisão.

Créditos a receber em 2012	100.000,00
(-) Provisão para devedores duvidosos (3%)	(3.000,00)

A empresa deverá contabilizar como despesa o valor que falta para completar a provisão, ou seja, \$3.000 - \$1.250 = \$ 1.750

Gabarito → C.

6) **(FCC/Esp. Regulação/ARTESP/2017)** A empresa Potiguar S.A. adquiriu, em 31/12/2014, 40% de participação na empresa Pernambucana S.A. por R\$ 400.000,00, passando a ter influência na administração desta. O Patrimônio Líquido da empresa Pernambucana S.A. era composto apenas pelo Capital Social, o qual era formado apenas por ações ordinárias. Sabendo-se que a empresa Pernambucana S.A. obteve lucro líquido de R\$ 50.000,00 durante 2016 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 10.000,00, a empresa Potiguar S.A., em 2016, reconheceu

- (A) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 20.000,00, em função de avaliar a empresa Pernambucana S.A. pelo método de custo.
- (B) Receita de Dividendos no valor de R\$ 4.000,00, em função de avaliar a empresa Pernambucana S.A. pelo método de custo.
- (C) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 16.000,00 e Receita de Dividendos no valor de R\$ 4.000,00, em função de avaliar a empresa Pernambucana S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
- (D) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 20.000,00, em função de avaliar a empresa Pernambucana S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
- (E) Receita de Dividendos no valor de R\$ 4.000,00, em função de avaliar a empresa Pernambucana S.A. pelo método da equivalência patrimonial.

Comentários:

A questão fala que ao adquirir a participação de 40% no Patrimônio Líquido da empresa Pernambucana S.A., a investidora passa a ter influência na administração desta, portanto, o investimento será avaliado pelo Método da Avaliação Patrimonial (MEP). Na aquisição do investimento fora feita a seguinte contabilização:

D – Investimentos - Empresa Pernambucana S.A.
C – Bancos R\$ 400.000,00

Pelo reconhecimento da receita de MEP ($50.000 \times 40\% = 20.000$)

D – Investimentos - Empresa Pernambucana S.A.
C – Receita de Equivalência Patrimonial R\$ 20.000,00

Recebimento dos dividendos

D – Bancos
C - Investimentos - Empresa Pernambucana S.A. R\$ 4.000

Se o investimento fosse avaliado pelo Método de Custo, o recebimento de dividendos seria contabilizado com receita, mas pelo MEP registramos a entrada de recursos no ativo e a contrapartida será como redução do valor do investimento. A distribuição dos dividendos afeta diretamente o Patrimônio Líquido de uma empresa, portanto, o efeito deve ser contabilizado também na investidora, quando da utilização do Método da Equivalência Patrimonial.

Gabarito → D.

- 7) (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016) Avalie as seguintes proposições.
- I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).
- II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).
- III. O "Goodwill" (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

Comentários:

Comentemos item a item...

I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).

II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).

Existem dois métodos distintos para a mensuração do ativo intangível trazidos pelo CPC 04, Método de Custo e Método de Reavaliação, a saber:

Método de Custo: Posteriormente ao reconhecimento inicial o ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a amortização acumulada e a perda acumulada (se houver).

Método de reavaliação: Após o reconhecimento, se permitido legalmente, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao valor justo na data da reavaliação. Apesar do CPC 04 trazer as duas definições, ressaltamos que a contabilização pela reavaliação não mais existe no ordenamento pátrio, portanto, não deve ser aplicada nas demonstrações contábeis.

Após a mensuração, a companhia deverá avaliar se se trata de um ativo intangível de **vida útil indefinida ou definida**. Para os ativos intangíveis de vida útil indefinida a amortização torna-se proibida, afinal, não temos um prazo para calcular, não saberemos apurar a amortização senão de forma arbitrária (como utilizamos para achar o valor de depreciação no imobilizado, exemplo: 10 anos de depreciação sem valor residual = 10% ao ano).

Contudo, falar que um ativo intangível tem vida útil indefinida não significa dizer que ele tenha vida útil infinita, eterna. Esses ativos estarão sujeitos à análise de *impairment* anual.

Já para os intangíveis de vida útil determinada mantém-se a prática de alocar seu custo de aquisição ao resultado com base no período determinado e se houver meios de determinar o valor residual para fins de amortização este deverá ser utilizado. Além disso, há sujeição também ao teste de recuperabilidade, como previsto no CPC 01.

Portanto, os dois itens estão corretos.

III. O "Goodwill" (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.

Segundo o CPC 04:

O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo (item 48). Em alguns casos incorre-se em gastos para gerar benefícios econômicos futuros, mas que não resultam na criação de um ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento estabelecidos. Esses gastos costumam ser descritos como contribuições para o ágio (goodwill) gerado internamente, o qual não é reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com segurança ao custo.

Gabarito → D.

8) **(CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Contabilidade/2013)** Uma companhia com exercício social em 31 de dezembro fez uma operação de arrendamento mercantil financeiro, para aquisição de um veículo de uso próprio, nas seguintes condições:

- data do contrato: 28 de dezembro de 2012;
- valor da operação conforme Nota Fiscal de Venda: 61.200,00;
- valor da prestação mensal: 2.100,00;
- quantidade de prestações contratadas: 36 prestações;
- vencimento da primeira prestação: 28 de janeiro de 2013.

Considerando exclusivamente as informações recebidas, a boa técnica contábil e as normas do arrendamento mercantil financeiro, o registro contábil desta operação é o seguinte:

- a) D Veículos (Não Circulante / Imobilizado) 61.200,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante) 61.200,00
- b) D Veículos (Não Circulante / Imobilizado) 61.200,00
D Despesas Financeiras (Resultado do Exercício) 14.400,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante) 75.600,00
- c) D Veículos (Não Circulante / Imobilizado) 61.200,00
D Encargos Financeiros a Apropriar (Circulante) 4.800,00
D Encargos Financeiros a Apropriar (Não Circulante) 9.600,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Circulante) 25.200,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante) 50.400,00
- d) D Veículos (Não Circulante / Imobilizado) 75.600,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Circulante) 20.400,00
C Encargos Financeiros a Pagar (Circulante) 4.800,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante) 40.800,00
C Encargos Financeiros a Pagar (Não Circulante) 9.600,00
- e) D Veículos (Não Circulante / Imobilizado) 75.600,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Circulante) 25.200,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante) 50.400,00

Dica: usar Juros Simples

Comentários:

O Arrendamento Mercantil Financeiro é, na verdade, uma compra de um ativo. Portanto, deve ser contabilizado no Imobilizado ou no Intangível, conforme a natureza do bem adquirido.

Contabilização:

- valor da operação conforme Nota Fiscal de Venda: 61.200,00;
- valor da prestação mensal: 2.100,00;
- quantidade de prestações contratadas: 36 prestações: 12 ficarão no Passivo Circulante e 24 no Passivo Não Circulante.
- valor total da obrigação: $2.100 \times 36 = \text{R\$ } 75.600,00$
- encargos financeiros a apropriar = $76.600 - 61.200 = 14.400,00$. A banca considerou corretamente que os encargos financeiros devem ser segregados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante, porém, fez essa divisão usando juros simples, o que não é correto. Deveríamos ter usado juros compostos.

No Passivo Circulante temos, usando o cálculo da banca, $14.400 \times 1/3 = \text{R\$ } 4.800,00$ e no Passivo Não Circulante, $14.400 \times 2/3 = \text{R\$ } 9.600,00$

D Veículos (Não Circulante / Imobilizado)	61.200,00
D Encargos Financeiros a Apropriar (Circulante)	4.800,00
D Encargos Financeiros a Apropriar (Não Circulante)	9.600,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Circulante)	25.200,00
C Arrendamento Mercantil Financeiro a Pagar (Não Circulante)	50.400,00

Gabarito→C

9) **(CESGRANRIO/Petrobrás/Contador/2015)** Uma entidade adquiriu, em reais, de forma separada, uma lista de clientes nas seguintes condições:

Custo da compra da lista de clientes	1.500.000,00
Abatimento	300.000,00
Custo incorrido na introdução das listas	100.000,00

Considerando-se somente as informações apresentadas e os termos do Pronunciamento Técnico CPC 07(R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/2010, o valor dessa lista de clientes registrado no Ativo Não Circulante / Intangível, em reais, é

- a) 1.100.000,00
- b) 1.200.000,00
- c) 1.300.000,00
- d) 1.500.000,00
- e) 1.600.000,00

Comentários:

O **custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:**

- (a) seu **preço de compra + impostos de importação + impostos não recuperáveis sobre compra – descontos comerciais e abatimentos.**
- (b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Custo de ativo intangível adquirido:
Preço de compra
Impostos de importação
Impostos não recuperáveis
(-) Descontos comerciais e abatimentos
Qualquer custo diretamente atribuível (testes, benefícios a empregados, honorários profissionais)

Todavia, na aquisição de ativos adquiridos separadamente, alguns custos não fazem parte do valor a ser registrado na contabilidade, como exemplos de gastos que **não fazem parte do custo de ativo intangível, de acordo com o CPC 04:**

29. Exemplos de gastos que **não fazem parte do custo de ativo intangível:**

- (a) custos incorridos na **introdução de novo produto ou serviço** (incluindo propaganda e atividades promocionais);
- (b) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e (c) custos administrativos e outros custos indiretos

Não entram no custo do ativo intangível
Custos incorridos na introdução do novo produto
Promoção
Treinamento
Custos administrativos e outros custos indiretos

Portanto, o custo do Ativo Intangível será:

Custo da compra da lista de clientes	1.500.000,00
(-) Abatimento	300.000,00
= Custo do Intangível	R\$ 1.200.00,00

O gasto incorrido na introdução das listas de 100.000,00 será tratado como despesa.

Gabarito→B

10) (**CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Contabilidade/2012**) Uma companhia aberta que opera na área de petróleo lavrou um contrato de licença de extração de petróleo em que se comprometeu a remover o equipamento perfuratriz ao final da extração e a restaurar o solo oceânico. Uma estimativa confiável dos custos eventuais indica a seguinte distribuição: 55% instalação da perfuratriz, 25% restauração do solo oceânico e 20% extração do petróleo.

No encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2010, o equipamento perfuratriz estava completamente construído e instalado, pronto para operar, mas nenhum petróleo havia sido extraído ainda.

Considerando o disposto no CPC 25 e respectivos anexos, aprovado pela Deliberação CVM n 594/2009, de 15 de setembro de 2009, e as informações recebidas, a companhia, no Balanço de 31 de dezembro de 2010, deve reconhecer a provisão competente, aplicando sobre o valor dos custos eventuais o percentual de

- a) 100%
- b) 80%
- c) 75%
- d) 55%
- e) 25%

Comentários:



Essa questão foi retirada de um exemplo previsto no CPC 25:

Exemplo 3 – Atividade de extração de petróleo

Uma entidade opera em uma atividade de extração de petróleo na qual seu contrato de licença prevê a remoção da perfuratriz petrolífera ao final da produção e a restauração do solo oceânico. **Noventa por cento** dos custos eventuais são relativos à **remoção da perfuratriz petrolífera** e a **restauração dos danos** causados pela sua construção, e **dez por cento** advêm da **extração do petróleo**.

Na data do balanço, a perfuratriz foi construída, mas o petróleo não está sendo extraído.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – A construção da perfuratriz petrolífera **cria uma obrigação legal nos termos da licença para remoção da perfuratriz e restauração do solo oceânico** e, portanto, esse é o **evento que gera a obrigação**.

Na data do balanço, entretanto, **não há obrigação de corrigir o dano que será causado pela extração do petróleo**.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – **Provável**.

Conclusão: Uma provisão é reconhecida pela **melhor estimativa de noventa por cento dos custos eventuais** que se relacionam com a perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção (ver item 14). Esses custos são incluídos como parte dos custos da perfuratriz petrolífera.

Os dez por cento de custos que são originados a partir da extração do petróleo são reconhecidos como passivo quando o petróleo é extraído.

Em suma pessoal:

Somente os custos com a remoção da perfuratriz e serão provisionados ($55\% + 25\% = 80\%$), os custos com a extração de petróleo (20%), serão considerados no Passivo, conforme ocorrer tiver início da produção.

Gabarito→B

4 GABARITO

Questão	Gabarito
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

5 ATÉ A PRÓXIMA

Isso aí pessoal, parabéns para todos que participaram e semana que vem, se Deus quiser, teremos mais simulado. Treino duro, combate fácil. Conhece o nosso instagram? Tem muita coisa legal lá também, dicas, posts, vídeos, transmissões! Vocês vão gostar.

Prof. Julio Cardozo @profjuliocardozo